

Os terroristas ocultos¹

Norberto Bobbio

No ano em que se celebrou o quadragésimo aniversário da nossa república, seria imperdoável esquecer ou ignorar a outra face do poder, aquela que não se vê e da qual não se fala nas cerimônias oficiais (estranhamente, nem mesmo na maioria dos escritos dos cientistas políticos). No universo do poder invisível nasceram todos os episódios de violência política que abalaram o país, incluindo o mais hediondo, o massacre na estação de Bolonha² em 2 de agosto de 1980.

Quando em 1979 escrevi um artigo sobre *La democrazia e il potere invisibile* [A democracia e o poder invisível]³, o massacre de Bolonha ainda não havia ocorrido. Mas pareceu-me natural observar que, a partir do massacre da Piazza Fontana⁴, ocorrido em 12 de dezembro de 1969, depois do que havia começado a degeneração do nosso sistema político pela ação de um poder subterrâneo, insidioso e sem escrúpulos, do qual não se conheciam nem a natureza nem os fins, e o avanço da suspeita de que o segredo de Estado teria servido para proteger o segredo do anti-Estado. O massacre de Bolonha, que superaria em número de vítimas

¹ Texto extraído do Centro de Estudos Piero Gobetti, que reproduz o prefácio do livro “*O massacre: O ato de acusação dos juízes de Bolonha*”, organizado por Giuseppe De Lutiis, Editori Riuniti, 1986. Traduzido por André Luiz Valim Vieira e revisado por Rafael Salatini e Magnus Dagios. Os editores agradecem ao Instituto Norberto Bobbio, na pessoa do seu Diretor Executivo, Prof. Dr. Cesar Mortari Barreira, por ceder gratuitamente o texto original para tradução, publicação e divulgação no Brasil.

² O autor se refere ao atentado terrorista perpetrado, com uma bomba-relógio, na Estação Central em Bolonha (Itália), na manhã da referida data, matando 85 pessoas e ferindo mais de 200, com autoria reconhecida por Giuseppe Valerio Fioravanti (1958-), Francesca Mambro (1959-) e Luigi Ciavardini (1962-), membros da organização terrorista neofascista *Nuclei Armati Rivoluzionari* (NAR), que se manteve ativo entre 1977-1981. [Nota dos revisores]

³ Ensaio disponível em N. Bobbio, “A democracia e o poder invisível”, in N. Bobbio, *O futuro da democracia: Uma defesa das regras do jogo*, trad. Marco Aurélio Nogueira, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 2000, pp. 133-168. [Nota dos revisores]

⁴ O autor se refere ao atentado terrorista perpetrado no centro de Milão (Itália), na tarde da referida data, tratando-se em verdade de cinco atentados terroristas: o primeiro ocorrido às 16h37min, quando uma bomba explodiu na sede da *Banca Nazionale dell'Agricoltura*, banco localizado na Piazza Fontana, matando 17 pessoas e ferindo outras 88; o segundo se refere a uma segunda bomba encontrada intacta na sede da *Banca Commerciale Italiana*, banco sediado na praça Scala; o terceiro referido a uma bomba que explodiu em Roma às 16h55min, na passagem subterrânea entre a entrada da Via Veneto e a da via San Basilio da *Banca Nazionale del Lavoro*, com 13 pessoas feridas; o quarta se refere à bomba que explodiu em Roma, 17h20min, em frente ao Altar da Pátria; e, por fim, o quinto consiste na bomba que explodiu igualmente em Roma, às 17h30min, na entrada do *Museo Nazionale del Risorgimento Italiano*, na Praça Veneza; estes dois últimos atentados, em conjunto, ferindo 04 pessoas. A responsabilidade pelos atentados foi atribuída a grupos terroristas nacionais de extrema-direita. [Nota dos revisores]

todos os massacres anteriores e posteriores, confirmaria essa observação. Os resultados até agora alcançados após seis anos de investigações, embora não definitivos, estão transformando essa suspeita em certeza.

Apesar do louvável empenho de magistrados e jornalistas na busca pela verdade, apesar dos inúmeros escritos de historiadores, sociólogos e estudiosos de política, congressos, seminários e debates públicos sobre o terrorismo vermelho [referindo-se ao terrorismo esquerdista] e negro [referindo-se ao terrorismo direitista], tem-se a impressão de que até agora não foram geralmente percebidas e compreendidas a gravidade, a extensão e a frequência das recorrentes tentativas de subversão das nossas instituições livres, tanto mais preocupantes quanto nenhum outro país democrático sofreu, suportou, tolerou e, o que é pior, protegeu na mesma medida, em todos estes anos, uma situação permanente comparável de violência subversiva, insolentemente e descaradamente direcionada à instauração de uma ordem autoritária.

Mesmo considerando pouco críveis as notícias dadas pelos familiares do honorável [Aldo] Moro⁵ sobre a necessidade em que o presidente do conselho de uma forte coalizão de governo teria de se esconder de vez em quando por temor de um golpe de Estado, não seria o caso de se perguntar se tentativas tão graves de subversão já ocorreram na história do Estado italiano antes do fascismo? Se é verdade que o golpe de Estado é o modo habitual pelo qual ocorre a transição de poder nos Estados autoritários – e uma prova disso é o fato de que o único golpe de Estado na Itália ocorreu para pôr fim ao fascismo, na transição de poder de [Benito] Mussolini [1883-1945] [primeiro-ministro italiano entre 1922-1943] para [Pietro] Badoglio [1871-1956] [primeiro-ministro italiano entre 1943-1944] –, o que concluir senão que o que aconteceu durante os primeiros quarenta anos da república democrática não só não ocorreu nos outros países democráticos, como é geralmente reconhecido, mas também em nenhum outro período da história do nosso Estado unitário antes do fascismo?

⁵ O autor se refere ao jurista e político italiano Aldo Moro (1916-1978) (primeiro-ministro entre 1963-1968 e entre 1974-1976), membro ativo da Igreja Católica e destacado líder da democracia cristã na Itália, que foi sequestrado em 16/03/1978 e assassinado depois de 55 dias de cativeiro pelo grupo terrorista de extrema-esquerda *Brigate Rosse*. (Entre outros textos, Bobbio escreve sobre o pensamento jurídico de Moro em N. Bobbio, “O jovem Aldo Moro”, in N. Bobbio, *Do fascismo à democracia: Os regimes, as ideologias, os personagens e as culturas políticas*, org. Michelangelo Bovero, trad. Daniela Beccaccia Versiani, Rio de Janeiro, Elsevier, 2007, pp. 209-228.). [Nota dos revisores]

Além disso, esquece-se com demasiada frequência que, numa história do “massacrismo” (as palavras novas nunca nascem por capricho), é preciso levar em conta não apenas os massacres realmente ocorridos, mas também aqueles tentados e fracassados, seja por inépcia dos executores ou por uma feliz casualidade ou pela intervenção tempestiva dos aparatos responsáveis pela ordem pública. Entre estes, basta lembrar a tentativa de massacre na *Piazza Indipendenza* em Roma contra a sede do Conselho Superior da Magistratura num dia, 20 de maio de 1979, em que se previa uma aglomeração incomum por ocasião de uma manifestação nacional dos *Alpini* [tropa de montanha do exército italiano]. Mas poderiam ser citados muitos outros. O direito tem suas boas razões para distinguir o crime tentado do consumado. A história muitas vezes tem suas boas razões para não os distinguir, e com maior razão a história das conjurações. A moral também não distingue: um massacre de inocentes não é menos infame pelo simples fato de a bomba não ter explodido.

De todas as formas de violência política, o massacre indiscriminado é certamente a mais repugnante moralmente. Sob o nome de terrorismo, compreendem-se e confundem-se formas muito diversas de violência política, tão diversas que mal suportam ser designadas com o mesmo nome. Enquanto o massacre visa atingir um conjunto de pessoas, o atentado é dirigido contra uma pessoa ou mesmo uma coisa bem identificada, que pode ser uma personagem altamente representativa do poder ou, como se diz hoje, um “símbolo” do poder, um juiz, um policial, um agente penitenciário, e também a sede de um partido, de um órgão do Estado, como o parlamento, ou de um tribunal de justiça; no terrorismo internacional, uma embaixada. Mas também o massacre pode não ser indiscriminado, visando atingir o inimigo, não uma multidão qualquer: o massacre de Portella della Ginestra⁶, realizado pelo bandido [Salvatore] Giuliano durante um comício de primeiro de maio, é um massacre direcionado, ao contrário dos massacres cometidos pela subversão de direita, a começar pelo da Piazza Fontana [em 12/12/1969] para terminar (pelo menos até este momento) no do trem de Val di Sambro⁷ em 23

⁶ O autor se refere ao massacre causado pelos tiros de metralhadora que foram disparados das colinas ao redor, bem como por homens a cavalo, durante as celebrações do Primeiro de Maio na Sicília (Itália), em 1º/05/1947, em Portella della Ginestra, a três quilômetros do município de Piana degli Albanesi, sob a responsabilidade do bandido e líder separatista Salvatore Giuliano (1922-1950) e sua gangue, embora seus motivos e intenções permaneçam controversos. [Nota dos revisores]

⁷ O autor se refere ao atentado a bomba, realizado, à noite, em 04/08/1974, às 01h23min, no trem expresso 1486 (chamado *Italicus Express*), enquanto este passava por San Benedetto Val di Sambro, na província de Bolonha (Itália), resultando em 12 pessoas mortas e 48 feridas. O atentado foi cometido por membros desconhecidos do

de dezembro de 1984. Consta nos autos do processo que os próprios autores discutiam entre si se deveriam recorrer a atentados “seletivos” ou “indiscriminados”, mas depois o critério da seletividade se estendeu a ponto de fazer o tenente-coronel Amos Spiazzi [1933-2012], um dos conspiradores da Rosa dos Ventos⁸, dizer que o massacre de Bolonha poderia ser incluído entre os seletivos, porque não se atingia uma estação qualquer, mas a estação de uma cidade tradicionalmente comunista e, como tal, alvo privilegiado da direita. Assim, alargado o critério, a distinção entre um e outro tipo de massacre acaba se tornando cada vez mais tênue: qualquer ponto da cidade de Bolonha, e por que não? da Emília-Romanha, seria objeto de um massacre seletivo.

No massacre indiscriminado, o terrorismo se manifesta em sua forma mais brutal e aparentemente insensata. Um dos líderes da *Ordine Nuovo*⁹ declarava-se defensor de uma “teoria do terrorismo puro”. O terrorismo puro é a prática do terror com o objetivo principal, essencialmente negativo, de ascendência niilista, de suscitar terror. As consequências positivas, se houver, são um objetivo secundário. O que conta é o ato em si mesmo, não importam nem o motivo nem o fim. Como o objetivo é o terror, este objetivo se realiza no próprio ato: o massacre, de fato, é tanto mais aterrorizante quanto mais parece injustificado, gratuito, e como tal também imprevisível e irreparável, tal como um terremoto ou a erupção de um vulcão. Diferentemente das *Brigate Rosse*¹⁰, os autores de massacres indiscriminados tendem a não dar

grupo neofascista e de extrema-direita *Ordine Nero*, grupo terrorista secreto fundado em 1974, após a dissolução do grupo terrorista neofascista *Ordine Nuovo*, ocorrida em novembro de 1973. [Nota dos revisores]

⁸ O autor se refere a uma organização secreta neofascista italiana, ligada aos grupos militares e identificada no final de 1973 pelo poder judiciário, posteriormente batizada pela imprensa como “Supersid” ou “Sid paralelo”, em referência ao *Servizio Informazioni Difesa* (SID), serviço secreto italiano que atuou entre 1966-1977. [Nota dos revisores]

⁹ Trata-se de uma importante organização extraparlamentar de extrema-direita do pós-Segunda Guerra Mundial na Itália, tendo sido fundada em 1956 e dissolvida oficialmente em 1973, por decreto público, sob a acusação de reconstituição do extinto *Partito Nazionale Fascista* (PNF) (1921-1943), pelo Tribunal de Roma. [Nota dos revisores]

¹⁰ As *Brigate Rosse* foram uma organização paramilitar de guerrilha comunista italiana que se manteve ativa entre os anos 1966-1988, originada no movimento estudantil, que marcou profundamente o cenário político italiano, sendo seus fundadores originários estudantes universitários da Libera Università di Trento, membros da *Federazione Giovanile Comunista Italiana* (FGCI) (organização juvenil do Partido Comunista Italiano (PCI)), membros do movimento operário e militantes provenientes da esquerda católica. Praticaram greves trabalhistas (com ações como destruição de veículos dos capatazes ou sequestro de dirigentes), panfletagem política, sequestros relâmpago e consequentes exposições midiáticas de dirigentes, sendo responsáveis pelo sequestro e execução de Aldo Moro, ex-primeiro-ministro italiano e presidente da Democracia Cristã Italiana, o que comoveu o país e a comunidade internacional. [Nota dos revisores]

justificativas ou fazer declarações, nem a revelar a própria identidade. Se o terror é o fim primário, um ato é tanto mais aterrorizante quanto mais é cercado por um mistério impenetrável.

Subjetivamente, ou existencialmente, a prática do assassinato em massa, de uma massa sem nome e sem rosto, é vivida também como um ato que se justifica por si só, enquanto é um desafio ao senso comum, uma transgressão das regras sociais geralmente aceitas, um insulto à moral do rebanho, uma ação excessiva, excepcional, avassaladora, ainda que na dimensão do mal (que tem a mesma força atrativa do bem). O excesso, qualquer que seja sua direção, é por si só um sinal e uma prova de eleição. Aqueles que para as pessoas comuns são inocentes, para o eleito são culpados pelo simples fato de existirem como massa, como a infinita e opressiva turba daqueles que Nietzsche, o mestre, não importa se mal interpretado como alguns sustentam, chamava de os “malogrados”. No princípio está a ação, que era, aliás, um velho lema do *squadrismo*¹¹ fascista. A revolução, como se lê nos documentos do Movimento [fascista], não se teoriza, mas se vive.

Objetivamente, os fins ulteriores, que se seguem mas podem também não se seguir, são muito diversos e até mesmo não totalmente claros na alma dos próprios atores. Parece agora estabelecido que, apesar da continuidade da estratégia do terror e da identidade substancial de alguns líderes históricos, os objetivos da nova geração de terroristas não são mais os da primeira; aliás, chegaram a se inverter. Originalmente, o terrorismo negro [direitista] podia ser distinguido do vermelho [esquerdista] porque era golpista, inserido nas instituições e necessitando delas, enquanto o outro era radicalmente anti-institucional, apelava à mobilização social, contava com a insurreição de baixo e não com a imposição de cima de uma “ordem nova”. Desde que, dentro dos grupos da nova direita subversiva, aquela identificável nos NAR¹², começou-se a falar de “espontaneísmo armado”, que parece seguir modelos da esquerda revolucionária, o terrorismo negro [direitista] pareceu querer se emancipar de qualquer referência precisa à nova ordem a ser constituída e lutar também ele, como foi dito, não mais dentro do Estado, mas contra o Estado, embora provavelmente tenha se tornado, desta vez sem ter consciência disso, um instrumento dos mesmos desígnios subversivos sempre perseguidos

¹¹ Tratam-se dos grupos paramilitares que objetivavam intimidar e reprimir violentamente os adversários políticos, tendo sido rapidamente absorvidos pelo *Partito Nazionale Fascista*, como “esquadrões de ação” armados instrumentalizados para seus próprios interesses político-sociais. [Nota dos revisores]

¹² O autor se refere ao *Nuclei Armati Rivoluzionari*, grupo terrorista neofascista italiano ativo entre 1977-1981, com origem em Roma e Trieste, sendo responsáveis por 33 assassinatos, além das 85 pessoas mortas no atentado de Bolonha, do qual membros pertencentes ao grupo foram reconhecidos. [Nota dos revisores]

por aqueles que agem no fundo obscuro dos aparatos estatais. Não se esqueça que a prática da inserção nas instituições foi realizada com sucesso nos mesmos anos por uma loja [maçônica] secreta como a P2¹³, cujo chefe, Licio Gelli¹⁴, continuou a manter relações tanto com os serviços secretos quanto, direta e indiretamente, com personagens de movimentos subversivos.

Prevalece, de qualquer modo, sempre o fim negativo da “desagregação”, ou da desarticulação ou do esfacelamento ou fragmentação, da estrutura existente sobre o positivo da provocação de uma ação repressiva por parte do Estado, que facilitasse a instauração de um novo regime, sempre vagamente percebido, nunca claramente desenhado (que, aliás, parecendo cada vez mais distante, deixa de ser um fim imediato). Fim imediato e positivo, se é que existe, é, além daquele externo da dissolução da ordem constituída, o puramente interno ao grupo da reagregação dos membros espalhados e dispersos e em via de extinção do movimento: neste caso, a ação exemplar deve servir como o sino de alarme (ou de finados) para reunir os fiéis em caso de perigo. Atribui-se a um dos representantes mais autênticos, e trágicos, da nova geração a intenção de “cometer fatos cada vez mais relevantes” com o objetivo de “fazer emergir os elementos mais preparados e disponíveis para a luta armada”. Também deste ponto de vista, a diferença entre o atentado e o massacre é evidente. O fim do atentado é antes de tudo punitivo e vingativo: quando em Roma, em 10 de julho de 1976, é assassinado o juiz Vittorio Occorsio¹⁵, em um panfleto se lê: “Também os carrascos morrem”. Quando, em 23 de junho de 1980, é assassinado o juiz Mario Amato¹⁶, o homicídio é reivindicado com as palavras: “A vingança é

¹³ O autor se refere à *Propaganda Due*, loja maçônica que operava sob a jurisdição do Grande Oriente da Itália, entre 1945-1976, e como uma loja maçônica secreta funcionando ilegalmente (segundo o artigo 18 da Constituição da Itália (1947), que veda associações secretas) entre 1976-1981. A loja P2 conspirava para assumir o controle dos órgãos administrativos do Estado italiano, esteve implicada em inúmeros crimes no país, incluindo o colapso do *Istituto per le Opere di Religione* (mais conhecido como Banco do Vaticano e que era afiliado ao Banco Ambrosiano), assassinatos de jornalistas e banqueiros, a manipulação do inquérito relativo ao sequestro de Aldo Moro, o atentado ao trem *Italicus Express*, o massacre de Bolonha, o hipotético assassinato de Albino Luciani (Papa João Paulo I) (1912-1978), a corrupção nacional no escândalo “Tangentopoli”, etc. (Entre outros textos, Bobbio escreve mais sobre o assunto – e sobre o que denomina de “poderes invisíveis” em geral – em N. Bobbio, *Democracia e segredo*, org. Marco Revelli, trad. Marco Aurélio Nogueira, São Paulo, Unesp, 2015 (83 p.)). [Nota dos revisores]

¹⁴ Licio Gelli (1919-2015) foi um financista, industrial, escritor e poeta italiano, considerado um gênio organizacional e político, que comandou como Mestre Venerável a loja maçônica P2. [Nota dos revisores]

¹⁵ Vittorio Occorsio (1929-1976) foi um magistrado italiano, vítima do terrorismo negro [direitista], tendo participado no processo da praça Fontana e no processo do movimento neofascista *Ordine Nuovo*. [Nota dos revisores]

¹⁶ Mario Amato (1937-1980) foi um magistrado italiano e promotor público adjunto em Roma, assassinado por dois membros da organização neofascista *Nuclei Armati Rivoluzionari*, sendo o responsável principal por todas as investigações sobre terrorismo negro [direitista] no Lácio. [Nota dos revisores]

sagrada”. A ideia da punição exemplar ou da vingança é totalmente estranha ao massacre indiscriminado: o massacre não conclui, mas antecipa, não acerta as contas com o passado, mas lança uma mensagem sinistra e ameaçadora para o futuro.

Convém acrescentar que a dificuldade de definir os objetivos desses grupos extremistas depende também do fato de que quem tem o mau hábito (uma deformação profissional) de interpretar as ações humanas com base nas categorias comuns (de origem weberiana) da racionalidade orientada a fins e da racionalidade orientada a valores reluta em enquadrar os atos de massacre indiscriminado em uma ou outra, e tende a descartá-los com uma certa impaciência, considerando-os um produto não mais explicável do irracionalismo. Partindo do pressuposto de que um massacre como o da estação de Bolonha tenha intenções declaradas, não resulta talvez, à prova dos fatos, ou seja, das consequências, a enorme desproporção entre o meio usado e o fim, mesmo independentemente, de qualquer juízo de ordem moral? A repetição daquele mesmo tipo de ação quase em prazo fixo não é a melhor prova de que o objetivo não foi alcançado? Quantas vezes deverá ser repetido para que se cumpra pelo menos o fim mínimo, meramente negativo, da desagregação do sistema? Ainda mais difícil é o juízo com base no critério da racionalidade orientada a valores, já que, entendendo-se por “valor” um bem cuja posse se deseja, parece contrário ao senso comum que se possa desejar o negativo em vez do positivo, que se contemple a beleza da morte, não só a dos outros, mas também a própria (não por acaso se falou de “misticismo da morte”), em vez da beleza da vida, e que o horror do sangue ceda diante do delírio de poder.

A tendência de quem exerce qualquer forma de poder a não se deixar ver é irresistível. Elias Canetti [1905-1994] escreveu de forma lapidar: “O segredo está no núcleo mais interno do poder”. Irresistível, porque o poderoso sabe que está tanto mais seguro de alcançar seus próprios fins quanto mais os lugares em que se move são inacessíveis e seus movimentos são imperceptíveis. Complexa e até agora pouco estudada é a fenomenologia do poder invisível. Várias são as maneiras com que se obtém a invisibilidade, mas duas são as principais, estritamente entrelaçadas: esconder-se e esconder (cobrir-se ou cobrir). Esconder-se: nunca se mostrar em público ou mostrar-se com uma máscara que torne o próprio rosto irreconhecível. Esconder: usar sistematicamente a mentira para obstruir o conhecimento da ação realizada ou a ser realizada. Estreitamente entrelaçados, porque o primeiro favorece o uso do segundo, e o segundo cria as melhores condições para garantir o sucesso do primeiro.

Que toda forma de terrorismo subversivo não possa se desenvolver senão nas modalidades do poder oculto é evidente. O grupo terrorista tem e não pode deixar de ter todas as características da seita secreta: ele se constitui no momento em que, com uma expressão que infelizmente se tornou familiar para nós, um conjunto de militantes de um movimento extremista, quando percebe que não pode perseguir seu objetivo com uma ação pública, porque seria considerada ilícita, decide “entrar na clandestinidade”. O que significa, por um lado, não se reunir mais em local público, não expressar a própria opinião usando os meios de comunicação protegidos, mas ao mesmo tempo limitados pelas leis estabelecidas pelos poderes públicos, em geral, recusar todas as vantagens, mas também os ônus que derivam do exercício dos direitos de liberdade característicos de um Estado democrático de direito; por outro lado, esconder-se atrás da máscara da falsa identidade, não ser mais em público o que se é em privado, usar todos aqueles processos de “mimetização” que devem permitir, já que não é possível apagar-se completamente, não ser identificado.

Menos evidente, e no que diz respeito à saúde de nossas instituições democráticas, bem mais alarmante, é o contínuo e obstinado, agora por tantas provas irrefutável, exercício da outra modalidade do poder oculto, que consiste no uso sistemático da ocultação através da mentira, e de todas as formas de simulação e dissimulação, com as quais quem teria o dever de descobrir a verdade contribui para encobri-la. Assim, ao lado das formas de ocultação objetiva, como o local secreto, o registro de identidade falso, a escrita em código, há, não menos perigoso e, em certo sentido, ainda mais insidioso, porque engana, desvia, confunde, a ocultação que depende do uso perverso da comunicação, seja ela linguística ou por meio de sinais, senhas e símbolos, dos quais se serve não para informar, mas para desinformar, não para ajudar na busca da verdade, mas para obstruí-la, não para fornecer dados certos, mas para falsificá-los e fazê-los significar o contrário do que significam na realidade.

Essa obra de ocultação foi realizada sistemática e repetidamente em nosso país por setores dos serviços secretos que pertencem não ao anti-Estado, mas ao Estado, e cuja tarefa estatutária é não favorecer a subversão, mas oferecer os meios de que apenas uma atividade secreta pode dispor para combatê-la. A obstrução à busca da verdade pode ocorrer de várias maneiras, que parecem todas praticadas, incluindo as mais pífidas, por este ou aquele setor dos serviços secretos nos processos contra a subversão de direita (embora alguma suspeita, pelo menos de inércia, tenha sido levantada também no que diz respeito à subversão de esquerda): a

não transmissão de informações, a informação não tempestiva, deliberadamente atrasada, a desinformação, a notícia manipulada e até mesmo a informação intencionalmente falsa ou falsificada, ou, como se diz no jargão, o “desvio da investigação” (*depistaggio*). O caso mais escandaloso e moralmente abjeto é representado por todas aquelas ações que visam conscientemente e com um plano político preciso desviar as investigações de um grupo subversivo para outro para salvar os culpados e fazer a culpa recair sobre inocentes politicamente hostis. Tenha-se também em mente que até agora esse desvio ocorreu apenas em uma direção: enquanto há provas de que em alguns casos foi feita a tentativa de atribuir a grupos de esquerda atentados cometidos pela direita, nunca aconteceu o contrário.

Existem outros dois problemas que a descoberta do poder invisível levanta e que deveriam constituir um objeto de estudo mais do que foi feito até agora, e para os quais o que até agora se aprendeu com a investigação judicial oferece um material de reflexão importantíssimo.

É-se levado a colocar o primeiro problema pelo que foi dito sobre a colaboração entre movimentos subversivos e serviços secretos. No fundo obscuro, dificilmente penetrável, onde se movem os atores das várias formas de poder oculto, ocorre frequentemente uma compenetração entre uma e outra, exigida pela necessidade de ajuda mútua. Os extremos se tocam: não só os movimentos do anti-Estado com os aparatos secretos do Estado, mas também os movimentos políticos clandestinos com os grupos não menos clandestinos da criminalidade organizada, como a máfia e a camorra. Nossa história destes últimos anos é rica em episódios que nos estão revelando aos poucos que emaranhado de canais subterrâneos, que embora partindo de diversas fontes acabam sempre por encontrar uma via de comunicação entre si, mostra o mapa, ainda não totalmente explorado e não perfeitamente desenhado, do subsolo. Paradoxalmente, tudo se torna lícito no universo do ilícito. Não é difícil, aliás, entender como a um certo ponto pode ocorrer uma identificação entre criminalidade política e criminalidade comum, lá onde os próprios atores da subversão política cometem atos típicos da delinquência comum, como furtos e roubos, seja por desafio ou por necessidade: o assalto a um banco é de fato justificado ou como um ato de crítica radical ao sistema ou como meio de autofinanciamento. A sobreposição entre os dois objetivos chega ao ponto de sugerir, dentro do mesmo movimento, a distinção entre “fascistas bucólicos”, que consideram como escolha revolucionária utilizar o produto dos roubos para adquirir casas e terrenos com o objetivo de

criar uma família e educar os filhos para a futura revolução, e “fascistas mercenários”, que consideram o roubo revolucionário em si mesmo, mesmo que o fruto dele sirva apenas para o enriquecimento individual.

Reconhecidas a multiplicidade e a confluência das correntes subterrâneas, o cientista político, transformado em espeleólogo, começa a perceber que as diversas correntes se encontram em diferentes níveis de profundidade. E aqui surge o segundo problema, longe de estar resolvido. No universo do poder invisível, os graus de invisibilidade são diferentes. Se a invisibilidade é uma condição indispensável do exercício do poder, deve-se tirar a consequência de que o poder é tanto maior quanto mais, por sua maior profundidade, é insondável. Não por nada o onipotente é aquele que nenhum olho humano pôde e poderá ver, pelo menos neste mundo. Em qualquer discussão sobre o poder oculto, fala-se, aliás, comumente de primeiro, segundo, terceiro nível, e é difundida a convicção de que aqueles que são mais facilmente descobertos e processados, precisamente por serem mais visíveis, representam também o nível menos profundo: os seguidores, os executores materiais, a chamada “mão de obra”, os subalternos, que são destinados a realizar ações à luz do dia e, portanto, tanto mais clamorosas quanto mais visíveis, tendo muitas vezes chefes diferentes daqueles proclamados. Acima deles estão os mandantes, os chefes do movimento, aqueles que nem sempre participam da ação, embora sejam seus inspiradores, e que poderiam ser chamados de os donos da ideologia. A diferença entre os primeiros e os segundos nem sempre é nítida, também porque em uma doutrina que preza e estimula a ação direta, pensamento e ação são mal distinguíveis. Mas sempre se chega ao vértice intocável do ideólogo principal, que para a maioria dos movimentos de extrema-direita na Itália permaneceu, apesar da passagem das gerações, Julius Evola¹⁷, de quem não se exige o empenho da ação.

Se entre inspiradores e executores a diferença nem sempre é nítida, claríssima é, em contrapartida, entre a ação terrorista propriamente dita e a maquinação. Aquele que realiza a ação exemplar deve vir a público pelo menos no momento da ação, ainda que, mas não necessariamente, com o rosto mascarado. Aquele que trama, por outro lado, deve estar sempre na sombra, nunca deve se revelar, e aliás uma trama já é por si só menos perceptível que a ação.

¹⁷ Julius Evola (1898-1974) foi um intelectual italiano, famoso por inspirar e atuar como ideólogo de certas vertentes do fascismo, conhecido por sua postura anti-cristã, abandonada quando o filósofo se converteu ao catolicismo, descrevendo-se como um “católico-pagão”. [Nota dos revisores]

Não precisa colocar a máscara porque não tem rosto. Pode estar em toda parte sem estar em lugar nenhum. Parece que hoje não se podem mais excluir relações entre a esfera da subversão de direita e a loja maçônica P2. Caso essas relações fossem, de uma vez por todas e de maneira definitiva, certificadas, essa organização imersa na sombra: composta por generais, agentes dos serviços secretos, homens políticos, altos magistrados, constituiria, em relação aos executores e aos mandantes ideólogos, um terceiro nível.

Terceiro e último? Resta o segredo mais denso: o dos serviços que são por natureza secretos. Se se reflete sobre sua inatingibilidade, sobre sua contínua reprodução apesar da mudança de siglas e de homens, pode nascer a suspeita de que seja justamente esta a camada mais profunda, o verdadeiro núcleo duro, indestrutível, do poder oculto. Ele é, de fato, o único que é ao mesmo tempo excepcional e necessário. A necessidade não tem lei. Está isenta de toda lei, porque é lei para si mesma.

Resta uma pergunta, a mais inquietante. Por que na Itália? Aliás, por que somente na Itália? De fato, nos outros países democráticos do Ocidente foram cometidos e ainda se cometem atos de terrorismo, mas o terrorismo irlandês na Grã-Bretanha¹⁸, o basco na Espanha¹⁹, são obra de minorias religiosas ou étnicas; o da OAS²⁰ na França, do qual a direita

¹⁸ O autor se refere à atuação na Grã-Bretanha do grupo terrorista norte-irlandês *Irish Republican Army* (IRA), que se manteve ativo entre 1919-2005 (havendo um grupo dissidente – o *Real IRA* – que atua desde 1997 até atualmente), defendendo por meio de diversos atentados terroristas (atentados com bombas e emboscadas com armas de fogo) que a Irlanda do Norte (que pertence à Grã-Bretanha) deveria ser incorporada à Irlanda, formando uma única Irlanda independente. O grupo sempre foi ligado ao partido político *Sinn Féin* (“Nós Próprios”, em irlandês), cuja ideologia abrange o republicanismo, o nacionalismo, o irredentismo, a separatismo com relação à Grã-Bretanha, o unionismo irlandês, a defesa da comunidade católica da Irlanda do Norte contra a minoria protestante britânica. [Nota dos revisores]

¹⁹ O autor se refere à atuação na Espanha do grupo terrorista basco *Euskadi Ta Askatasuna* (em basco: Pátria Basca e Liberdade), fundado em 1959 como um grupo de promoção da cultura basca, evoluindo para uma organização paramilitar separatista no final dos anos 1960, lutando pela independência da região histórica do País Basco, cujo antigo território atualmente se distribui entre a Espanha e França, tendo assumido ao mesmo tempo uma ideologia marxista-leninista revolucionária. O grupo praticou assassinatos e sequestros de pessoas, sendo responsável pelas mortes de 829 pessoas e por ferimentos de milhares de outras, além de dezenas de sequestros desde 1968. [Nota dos revisores]

²⁰ O autor se refere à *Organisation Armée Secrète* (OAS), uma organização paramilitar clandestina francesa que se opunha à independência da Argélia, tendo atuado entre 1961-1962, praticando várias ações terroristas tanto na Argélia como na França, sendo sua mais conhecida ação o atentado contra a vida do general francês Charles de Gaulle (1890-1970) (líder da França Livre entre 1940-1944; presidente do Governo Provisório da França entre 1944-1946; primeiro-ministro da França entre 1958-1959; co-príncipe de Andorra entre 1959-1969; presidente da França entre 1959-1969), em 22/08/1962 (chamado de “Operación Charlotte Corday”). Tal atentado foi posteriormente narrado no livro *The day of the Jackal* [O dia do Chacal] (1971) do escritor britânico Frederick Forsyth (1938-2025). A partir do livro, foi igualmente produzido o filme *The Jackal* [O Chacal] (uma co-produção dos Estados Unidos, Reino Unido, França, Alemanha e Japão, dirigido por Michael Caton-Jones (1957-), lançado em 1997). [Nota dos revisores]

subversiva italiana também tirou alguma inspiração, nasceu na situação excepcional da guerra da Argélia [1954-1962] e desapareceu com o fim da guerra. O terrorismo que atualmente ensanguenta os países do Ocidente tem razões, matrizes, centrais internacionais. O terrorismo local, no entanto, nasce de contrastes ideológicos internos ao cenário político italiano, e em nenhum outro país um terrorismo dessa natureza teve a duração e a expansão que teve na Itália. Quanto à subversão negra [direitista], que é a que nos interessa aqui, poder-se-ia dar uma explicação considerando-a como uma cauda venenosa de um regime como o fascista, que tendo governado o país por vinte anos não pode deixar de ter deixado uma herança de sentimentos e ressentimentos não facilmente extinguíveis. Mas, na Alemanha, onde o nazismo conquistou o poder e os ânimos de modo bem mais radical que o fascismo na Itália, não aconteceu nada comparável ao “massacrismo” italiano, aliado a projetos periódicos de subversão da ordem democrática. A subversão negra [direitista] é um fenômeno tipicamente italiano. É preciso tomar conhecimento disso sem atenuações patrióticas, com franca determinação, e com a intenção séria de compreendê-lo a fundo para não se deixar levar pela perigosa ilusão de sua extinção.

A hipótese mais provável, corroborada por repetidas declarações daqueles que direta ou indiretamente concorreram para alimentar os grupos da direita reacionária, guiaram, protegeram e tentaram realizar seus projetos, é que a persistência da estratégia subversiva e o afincamento sem tréguas com que foi perseguida dependem do fato de que a Itália é o país do Ocidente onde existe o mais forte partido comunista [o *Partito Comunista Italiano* (PCI) (1921-1991), sendo sucedido, depois de sua dissolução, pelo *Partito Democratico della Sinistra* (ala majoritária) e pelo *Partito della Rifondazione Comunista* (ala minoritária)], o único partido comunista capaz, se não de conquistar o poder, de condicioná-lo e de se tornar partido de governo. O evento que geralmente é considerado o ponto de partida da estratégia da tensão é o congresso em Roma no Hotel Parco dei Principi, que ocorreu de 03 a 05 de maio de 1965, apenas oito meses após a tentativa fracassada de golpe de Estado de junho e julho de 1964, por iniciativa do *Istituto Alberto Pollio*, financiado pelo SIFAR²¹. O congresso foi promovido em seguida à constatação da “extensão e globalidade” das iniciativas dos comunistas em todo o mundo e com o propósito de “promover o estudo crítico da guerra revolucionária, ou seja, da

²¹ Trata-se do *Servizio Informazioni Forze Armate* (SIFAR), serviço de inteligência militar italiano, que esteve ativo entre 1949 a 1966. [Nota dos revisores]

ofensiva planetária do comunismo” (*A guerra revolucionária* é o título dos Anais do Congresso), com o objetivo de “buscar os meios mais adequados para uma defesa eficaz”. À guerra revolucionária contrapõe-se a guerra contrarrevolucionária, a qual “não se coloca problemas de natureza moral” e deve ser confiada a “grupos permanentes que se tornem soldados clandestinos e não hesitem em aceitar a luta nas condições menos ortodoxas e com a necessária falta de escrúpulos”. Nesta declaração, quase ia dizendo “profissão de fé”, está também representado um dos motivos ou dos mitos da velha e da nova direita: o do legionário, do “soldado político”.

O anticomunismo total é o tema dominante da reação de direita em todos os países do mundo. Não deve surpreender que ele seja mais enraizado e ao mesmo tempo mais agressivo no país em que o partido comunista é o mais forte partido de oposição, que continuou a aumentar por anos sua força eleitoral, ao contrário do que aconteceu na França e na Espanha. Da parte daqueles que nestes anos se ocuparam do problema, buscou-se mostrar a relação entre os vários episódios de violência que tiveram como protagonistas os terroristas negros [direitistas] e as crises periódicas internas. Mesmo sem acreditar em uma relação mecânica entre uns e outras, parece difícil propor, no atual estado da arte, uma explicação diferente da dimensão absolutamente excepcional da reação golpista e terrorista na Itália, e dos apoios que ela encontrou nos serviços secretos, certamente não apenas italianos.

Resta perguntar como é que a nossa não robusta democracia, apesar de tudo, resistiu, não digo que superou a prova porque é bom não ter muitas ilusões. Resistiu. Não goza de ótima saúde, especialmente se olharmos para o distanciamento entre partidos e cidadãos, um distanciamento que, aliás, sempre existiu (pense-se no fenômeno do *qualunquismo*²² – “homem comum”, apolítico – logo após a guerra), e sempre existirá em um regime como o democrático, no qual entre as várias liberdades constitucionalmente garantidas está também a de falar mal dos governantes, mesmo daqueles que com o próprio voto se contribui para eleger. Mas não está moribunda. Resistiu em parte por mérito próprio e em parte, é preciso francamente reconhecer, por demérito de todos aqueles que tentaram afundá-la. De fato, à atrocidade da ação

²² O autor se refere ao movimento político de mesmo nome que surgiu a partir do lançamento da revista *L'Uomo Qualunque*, em 27/12/1944, por Guglielmo Giannini (1891-1960), que defendia a desconfiança generalizada em relação a instituições, partidos e diversos atores políticos, entendidos como distantes, prejudiciais ou, até mesmo, dificultadores da busca independente de escolhas individuais. No jargão político italiano, tornou-se sinônimo de “indiferença política”. [Nota dos revisores]

nunca correspondeu um plano político preciso e coerente. Os insucessos políticos da reação de direita devem-se em parte à falta de um consenso difundido na sociedade civil, em grande parte também à falta de uma ideologia definida, especialmente na última geração, à inconsistência do projeto final, ao veleidarismo²³ dos líderes, à rudeza da estratégia adotada.

Que a democracia não esteja moribunda, pode nos consolar, mas não nos isenta de expressar nossa mortificação e nossa vergonha por todo o sangue inocente derramado, pela covardia com que os massacres foram cometidos “sem restrições morais”, como se lê em um documento, pela mistura de fanatismo e de cinismo com que foram proclamados e justificados, pela impudência com que foram encobertos por quem tinha o dever jurídico, além de moral, de descobri-los, e, por que não?, pela impotência, ineficiência, inaptidão, de que deram prova, incipientemente queremos acreditar por amor à pátria, todos os governos que se sucederam nestes anos.

A sentença-despacho, que agora é apresentada ao público italiano, composta com tanto rigor e paixão cívica por juízes corajosos e íntegros, apesar de a apuração da verdade, como se lê nas primeiras linhas, ter sido “obstruída de todas as formas por mentiras, contaminações e conspirações de todo tipo”, nos deixa esperar que a hora da verdade esteja próxima.

02 ago. 1980

Sobre a autoria

Norberto Bobbio (18 de outubro de 1909 – 09 de janeiro de 2004)²⁴

²³ No original a palavra é “velleitarismo”, que em italiano significa a vontade ou comportamento de projetos ambiciosos ou ambições irrealizáveis. Por essa razão, preferimos a tradução para veleidade, que significa vontade imperfeita, desejo, em português. [Nota do tradutor]

²⁴ Foi um professor italiano, filósofo político, professor de Direito, historiador do pensamento político, escritor e senador vitalício. Sem dúvida, um dos mais notáveis pensador do século XX. [Nota do tradutor]